

EM COIMBRA

Sessão Solene iniciou celebrações do 25.º Aniversário do Poder Local

MÁRIO DE ALMEIDA

Resistiremos exigindo a concretização de transferência de novas competências

JORGE SAMPAIO

Novas competências da acção municipal têm de implicar capacidades também novas

JOSÃO SÁCRATES

Descentralização é essencial à democracia e desenvolvimento

ANMP: Protocolo de cooperação com a sua congénere de Cabo Verde

Relatório e Contas 2000 e Orçamento 2001 com parecer favorável do Conselho Fiscal

AUSÊNCIA DE

CONDIÇÕES

Dizer não ao Regulamento Geral do Rudo uma nova competência não contratualizada

Celebrar festivamente 25 Anos de Poder Local



EM COIMBRA

Sessão Solene iniciou celebrações do 25.º Aniversário do Poder Local

As celebrações dos 25 Anos de Poder Local, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses deliberou comemorar no espaço temporal compreendido entre 20 de Maio e 12 de Dezembro, tiveram início em Coimbra com uma Sessão Evocativa que, presidida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, fez convergir na cidade sede da ANMP muitas centenas de Autarcas oriundos de todo o país.



Jornada que contou também com as presenças do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sácrates, do Presidente da Comissão de Poder Local da Assembleia da República, Mário Albuquerque e do Secretário de Estado da Administração Local, José Augusto de Carvalho, desde cedo se começou a notar um enorme movimento na zona da Universidade de Coimbra, em cujo o Auditório da Reitoria iria ter lugar a iniciativa.

Oriundos de todo o Portugal, Presidentes e Membros de Câmaras Municipais, de Assembleias Municipais e de Juntas de Freguesia aproveitavam o encontro para, com os elementos directivos da ANMP, concretizarem momentos de confraternização, sempre fortalecedores do espírito de unidade que continua a fazer forte e coeso o Poder Local.

A oportunidade servia também de ensejo para distribuição de algum material editado a propósito das celebrações do 25.º Aniversário das Primeiras Eleições Autárquicas, em 12 de Dezembro de 1976, designadamente cartazes e autocolantes, materiais que há-de tornar mais visível esta festa do Poder Local, quer em instalações e equipamentos autárquicos, quer na correspondência diariamente enviada pelo correio.

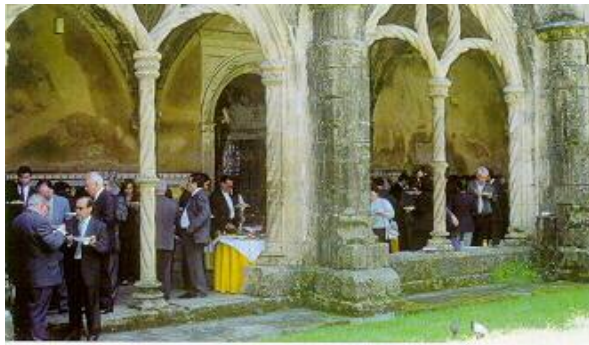
Com o vasto espaço completamente cheio, dava-se então início à Sessão Solene, com intervenções de Mário de Almeida, de José Sácrates e Jorge Sampaio — ver páginas 4 a 8 — findas as quais, em momento de particular beleza, se escutou o Hino Nacional cantado ao vivo por Isabel Silvestre, essa excelente voz de Manhouce que tanto tem prestigiado a nossa cultura popular.

Os participantes rumaram então às instalações da Câmara Municipal de Coimbra, onde, nos Claustros de Santa Cruz, decorreu um almoço volante, oferecido pela Autarquia, que culminou, assim, da melhor maneira, um dia marcante na vida e história do Poder Local português.

As celebrações dos 25 Anos de Poder Local, que se prolongam, já o dissemos, até 12 de Dezembro próximo, prosseguem com a edição do Álbum de Prata do Poder Local, actualmente em fase de execução técnica, e que dedicará uma página a cada um dos 308 Municípios portugueses.

Paralelamente, está prevista a criação de um monumento, peça escultórica que, a ser erguida em Coimbra, que terá a assinatura prestigiada de Siza Vieira.

A edição de uma medalha e a realização de uma Sessão Solene na Assembleia da República são outras acções delineadas pela ANMP que, por outro lado, considera, na procura de uma muito maior dimensão das comemorações, ser de grande importância que todos os Municípios celebrem, eles próprios, em cada concelho, essa data de inquestionável relevo e enorme significado que assinala o 25.º Aniversário do Poder Local.



MÁRIO DE ALMEIDA

Resistiremos exigindo a concretização de transferência de novas competências

Resistiremos na nossa posição exigindo a concretização do processo de transferência de novas competências, sempre na lógica da melhoria do serviço prestado, com aumento da sua eficácia e eficiência, sublinhou o Presidente da ANMP durante a sua intervenção na Sessão Solene Evocativa dos 25 Anos de Poder Local.

Começando por saudar a presença do Presidente da República, um municipalista de sempre, como o 17.º Homem do Poder Local, lembraria concluir-se em 20 de Maio 17 anos sobre o encerramento, em 1984, na Figueira da Foz, do Congresso constitutivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.



Ao lembrar que antes da democracia tudo, na história da vida autárquica portuguesa, estava por fazer — desde logo o próprio Poder Local que queremos livre e autónomo, na dignidade que sublima os superiores objetivos do Homem —, Mário de Almeida diria que, para fora, quase não havia água domiciliária, nem saneamento ou suficiente luz. As vias de comunicação pouco menos eram do que vicinais, a cultura apenas se traduzia em esporádicas manifestações populares. As carências eram absolutas, recordava, as ambições não legítimas, enormes.

Em cada parte do Portugal finalmente livre, a manifestação do querer do cidadão, na força dos valores comunitários, encontrava-se, sobremodo, na Autarquia, dizia. Sem meios, amparado mais no voluntarismo do que na qualificação, mas seguro do seu valor e capacidades o Poder Local emergia desse quase nada para, agigantando-se, se transformar, orgulho nosso, na mais visível e relevante realidade da nova democracia.

Foram longos, trabalhosos, quantas vezes frustrantes, mas também arrebatadores, os tempos de construção do essencial, frisava o Presidente da ANMP, para quem, então, quase foi preciso sermos canalizadores, e pedreiros, e calceteiros para propiciarmos aos nossos concetaneos a água na torneira, a escola e a habitação condignas, a estrada não enlameada.

Era, enfim, o princípio de tudo, o início da caminhada que nos implicava na alfabetização e escolaridade, na equidade social, na igualdade de oportunidades, na valorização da cultura, do desporto, da segurança, do lazer. E fomos — acrescentava Mário de Almeida — conselheiros nas desavenças, esteio nas dificuldades, companheiros nas alegrias, solidários nas tristezas. E fomos, ainda, os condutores para outros espaços, mais amplas paragens, enquanto mostrávamos a tantos o mar sempre adivinhado mas, até então, tão longe ali tão perto.

São bem diversos os tempos de hoje, outra a realidade que agora nos envolve. Ultrapassada que está a fase primeira, resolvidos estrangulamentos que nos tolhiam, seguimos, entretanto, pelos trilhos do desenvolvimento sustentado, já não em busca do basilar, mas na demanda da qualidade que distingue.

Com efeito, continuava o Presidente da ANMP, a cultura que apoiamos, as bibliotecas que em cada concelho erguemos, os grupos de teatro, e de música, e de dança que viabilizamos, as piscinas, o revigoramento das tradições, a dinamização das colectividades, a urbanização e a qualificação ambiental, os jardins e os parques, os transportes e o progresso económico, são, entre outras, áreas nossas em plena expansão.

Sendo seguro que não estaremos aqui para falar de nós, prosseguia, seria por demais profundamente injusto se, na oportunidade, não tivesse uma palavra de encômio, de sentida gratidão para o muito — e tanto tem sido — que milhares e milhares de portugueses deram ao Poder Local. Enquanto precisava que com um espírito de missão notável e uma devoção nunca regateada, com o empenhamento que todos reconhecem e com uma capacidade de entrega possível a alguns, a generalidade dos Autarcas portugueses, de todos os quadrantes políticos e nos mais diversos ângulos, têm evidenciado serem Homens e Mulheres de mão cheia, cidadãos exemplares, intérpretes do melhor que caracteriza o nosso Povo.

Lutando contra as mais diversas dificuldades, assoberbados por contrariedades diversas, souberam sempre, desde a primeira hora, enfrentar vicissitudes enormes que pareciam intransponíveis. Com escassos meios, mas vontade indomita, ganharam a confiança dos seus concetaneos, alcançando-se a posição de evidente respeitabilidade. E são hoje, naturalmente, na legitimidade sustentada nos votos livremente expressos, os mais lúdimos representantes das populações que os elegeram.

Depois de fazer uma justa referência aos milhares e milhares de trabalhadores que, nas Autarquias, com grande qualidade e empenhamento, nos acompanham no nosso labor e nos ajudam a concretizar as políticas municipais, Mário de Almeida atentaria no presente que nos preocupa e no futuro que nos desafia.

E começaria por afirmar que no país periférico que somos, parco em recursos naturais, com quadros de escolaridade e formação insuficientes na sua qualificação, prefigura-se-nos como realidade inadmissível que os seus principais

responsáveis e dirigentes persistam em manter o essencial do poder político e administrativo nas suas centralizadas máfios, apenas concedendo às Autarquias espaços reduzidos de decisão e insuficientes capacidades financeiras.

Depois de um quarto de século de excelentes serviços prestados às populações de Portugal, depois da repetida demonstração de efectiva qualidade na gestão das competências e recursos disponibilizados, a resposta política continua a ser, num quadro de autismo absoluto, dizia Mário de Almeida, o adiamento da descentralização e de um municipalismo mais interventor e dinâmico.

Sem nos cansarmos de sublinhar a disponibilidade do Poder Local, reiterando, de novo e ainda, a valia da experiência adquirida nos Argãos autárquicos, importa voltar a erguer a nossa voz para questionar como é possível que os sucessivos Governos, afinal o Poder Central, mantenham e perpetuem o desaproveitamento de tamanhos recursos humanos.

Se orgulha a obra construída, dizia o Presidente da ANMP, eleva-nos, sem dúvida, a opinião que as populações têm a nosso respeito, e que uma recente sondagem da Universidade Católica bem espelha quando atribui às Autarquias um conjunto de resultados deveras elogiosos os para a acção que desenvolvemos. E para 70 por cento dos inquiridos, as Câmaras Municipais são depositárias de confiança política, um valor só ultrapassado pelo Senhor Presidente da República.

Sendo que não queremos mais poder pelo poder, reconhecemos que, confrontados com a globalização generalizada que sobre todos nós se abate, a valorização do Poder Local pode constituir-se em âncora de valores próprios, de projectos individualizadores e de complementaridades enriquecedoras.

Para Mário de Almeida a recusa de um específico modelo de regionalização não implica, de forma alguma, prejuízo para uma assumidamente desejada descentralização. E se os portugueses disseram, então, que não queriam aquela regionalização, também se sentiu, sem equívocos, uma clara inclinação para a valorização das formas de exercício de poder mais próximas dos cidadãos.

As Autarquias foram por todos referidas como desejáveis sedes de mais competências, de renovados meios na prática das responsabilidades que legitimamente já detêm, afirmava então, mas perante a defesa da descentralização política e administrativa que os portugueses fazem face ao centralismo e à globalização, se da expressão desse sentimento popular ao discurso político foi apenas o habitual pequeno passo, o mesmo não poderemos dizer ainda, lamentavelmente, em relação ao aprofundamento dos mecanismos que há-de permitir tal desiderato.

E o que é facto é que, relevava o Presidente da ANMP, dois anos já volvidos sobre a aprovação da Lei 159/99, a verdade é que apenas se começam a dar, agora, os primeiros e muito incipientes passos numa caminhada que nos surge plena de escolhos, e para cuja superação parece não se encontrar suficiente determinação.

Resistiremos sejam quais forem as pressões, na nossa posição, exigindo a concretização do processo de transferência de novas competências, sempre na lógica da melhoria do serviço prestado, com aumento da sua eficácia e eficiência, sem o que não colherá assumir, nem o faremos, qualquer nova responsabilidade.

Depois de claramente definidas as balizas que são condições para o avançar de qualquer nova transferência, continuamos inflexíveis nesse conjunto de propósitos, cujo desrespeito, máximo que seja, inviabilizará qualquer acordo. Reclamamos outros e melhores instrumentos, queremos mais dinâmicos mecanismos de desenvolvimento, nomeadamente através da adopção de inequívocas medidas de desburocratização e de modernização administrativa, sem as quais, não alcançaremos a agilização gestória que nos pode levar adiante nos exigentes propósitos políticos que nos motivam.

Neste tempo de celebração de 25 Anos de Poder Local, quando está já volvido apenas um quarto de século sobre aquelas eleições autárquicas de 12 de Dezembro de 1976, que alguns de nós ainda protagonizámos, é tempo de, olhando o futuro, reafirmarmos certas das tantas lutas que nos empenharam e são, ainda hoje, sustentáculo de amanhã: a autonomia viabilizadora da dignidade; a Parceria e a Subsidiariedade; a modernização e a desburocratização; também a cooperação descentralizada.

E Mário de Almeida concluiu afirmando que, se nas palavras de um conhecido filósofo, “a política é a ciência da liberdade”, nós queremos ser mais livres para podermos fazer melhor política. Na certeza de que, com Mais Local, Melhor Poder, levaremos além Portugal e os portugueses, nos sonhos e nas utopias que nos motivam.



JORGE SAMPAIO

Novas competências da acção municipal têm de implicar capacidades também novas

O Poder Local é um elemento constitutivo da Democracia Portuguesa, em cujo processo de formação interveio: está; na sua génese, ofereceu-lhe legitimidade e capacidade realizadora, garantiu-lhe estabilidade, sublinhou o Presidente da República, na Sessão Evocativa do 25 Anos de Poder Local, enquanto frisava que este papel só foi possível graças ao contributo dos partidos políticos e do generoso empenhamento pessoal de milhares e milhares de portuguesas.



Depois de saudar a ANMP, pelo trabalho altamente meritório em defesa dos Municípios portugueses, do seu lugar na democracia portuguesa e do seu papel no desenvolvimento do País, Jorge Sampaio diria que o Poder Local esteve na primeira linha do combate ao atraso económico, formou e integrou quadros políticos, criou uma instituição nova de administração pública.

Se a autonomia local se inscreveu no património da democracia, ao qual juntou factores de eficácia e de consenso, existe hoje uma consciência generalizada de que entrou numa nova fase de responsabilida

Novas competências surgem no horizonte da acção municipal, implicando capacidades também novas - financeiras, humanas, técnicas e logísticas. Um novo rigor no planeamento torna-se condição fundamental; uma nova ousadia é requerida na complementaridade e partilha de recursos e equipamentos; há que adequar a orgânica do Município e reforçar as suas relações com os municípios; é preciso olhar de frente para o ordenamento.

Ao abordar o que chamou de prioridade da descentralização, o Presidente da República diria que o debate em torno da regionalização teve como resultado uma generalizada convicção de que a descentralização devia constituir uma prioridade nacional, pelo que a Administração Central tem de dar o exemplo, de forma decidida.

É assim necessário adoptar um plano coerente de desconcentração e de racionalização dos serviços periféricos, mas, porque descentralizar é mais do que isso, é transferir competências para outros níveis mais próximos dos problemas e dos cidadãos, urge equacionar certamente os Municípios, mas também as Associações de Municípios.

Relevando que esta operação tem que ser organizada de forma concertada, sendo possível que tenha de se avançar por pequenos passos, de forma gradual, Jorge Sampaio considerou, contudo, que não se pode ficar paralisado ou tomar medidas descentralizadoras de forma avulsa, pelo que se torna mais imperioso avaliar a experiência adquirida e ensaiar soluções mais ousadas.

Se dispomos de um compromisso político muito amplo no sentido de que a descentralização deve prosseguir, e está igualmente consagrado o Princípio da Subsidiariedade, cabe então perguntar porque não avança, então, a

descentralizações? Seria porque a Administração Central resiste a alienar competências, ou porque as próprias Câmaras Municipais temem as transferências de competências, procurando acautelar os meios financeiros correspondentes?

Mas esta é, para o Presidente da República, uma preocupação compreensível, já que o reforço da capacidade financeira dos Municípios deve ser um processo natural, tendente a aproximar a parte dos Municípios na despesa pública dos níveis de outros países europeus, e a sanear a actual estrutura da receita muito dependente da tributação do imobiliário e dos fundos comunitários.

Mas porque não são apenas os meios financeiros que estão provavelmente em causa no aparente pouco entusiasmo dos Municípios em receber novas competências, o Chefe de Estado abordava, depois, os meios humanos e o modelo de gestão para dizer que todos os indicadores apontam para um nível elevado de competências de qualificação no potencial humano das Câmaras. Haverá hoje um quadro de funcionários relativamente extenso para um nível de qualificação médio relativamente baixo, sendo que mudar esta situação implica um esforço enorme na formação do pessoal existente, no recrutamento de quadros e, provavelmente, também no modelo de gestão do próprio Município.



Falando, disse, com a autoridade retirada da experiência, Jorge Sampaio afirmou que a legitimidade e a responsabilidade políticas dos Autarcas, recebidas das eleições, não se transmitem em capacidade de gestão, sendo que, com dedicação, empenhamento pessoal, alguma imaginação e prática do dia a dia, podem os Autarcas suprir competências e assegurar com maior ou menor êxito a estabilidade do barco municipal.

Ao afirmar que o salto indispensável, que só a inovação permite, exige que se dê entrada nos Municípios à auditoria sobre gestão administrativa, Jorge Sampaio garantiria que todos teremos a aprender com a radiografia da situação e propostas de mudanças, abrindo as máquinas municipais ao diagnóstico especializado.

São os Presidentes de Câmara — prosseguia o Chefe de Estado —, quem mais tem presente a necessidade de aproveitar bem a oportunidade dos fundos comunitários para o desenvolvimento. E se sabemos que eles podem ter um limite temporal, pelo menos no volume actual, esse facto também deve intervir no cálculo do investimento a concretizar. Porque há despesas de manutenção no futuro e, mais do que nunca, não podemos deixar de fazer contas.

Fazer contas é planejar, é racionalizar o investimento, é acordar com outros Municípios os equipamentos que são rentáveis a partir de um certo número de utentes potenciais. Fazer contas é ganhar escala, pensar ao nível da rede, pensar e agir no arquipélago e não apenas na ilha.

A orgânica municipal mereceria depois a atenção do Presidente da República que enfatizou que a Assembleia da República interrompeu a apreciação desta questão depois de ter verificado a existência de divergentes perspectivas. É provável que — continuava —, na decisão de adiar o prosseguimento da discussão e a busca de um consenso tenha pesado o facto de uma alteração tão substancial no regime de eleições, como a que era proposta, não dever repercutir-se nas eleições a realizar no mesmo ano.

Considerando que, para além da solução que vier a ser encontrada — eleições separadas ou eleições directas — da Assembleia há que proceder a uma clarificação e reforço dos poderes da Assembleia, relevaria, sobretudo o que respeita às suas atribuições de fiscalização do órgão executivo. Alguns dos seus poderes são hoje formulados de forma pouco precisa e as capacidades de iniciativa dos deputados municipais são muito limitadas, sendo que a dignificação do papel das Assembleias pode constituir um factor de reforço da credibilidade e transparência dos Municípios, e com repercussões positivas na valorização pelos cidadãos do governo local.

Entretanto, e a propósito do envolvimento dos cidadãos na vida municipal, Jorge Sampaio disse defender como fundamental o reforço do papel dos órgãos de intermediação, como sucede de forma exemplar em alguns países europeus, designadamente, as associações voluntárias que nos domínios cultural, social, económico e desportivo intervêm nos planos local e regional.

Para o Presidente da República, Portugal precisa de espaços urbanos equilibrados, com as suas áreas rurais circunstâncias revitalizadas, em suma territórios atractivos, quer em termos de qualidade de vida, quer em termos estritamente económicos, razão pela qual a questão do ordenamento é inadiável.

Preocupamo-nos com a habitação, afirmava, mas temos que nos preocupar com a logística, com a implantação dos equipamentos utilizados pelas indústrias e serviços. Parece que uma perspectiva de pura competição entre regiões não foi ainda abandonada (com o que se perde os territórios a sua capacidade competitiva) e neste domínio

nio, mais do que nunca, é visível a estratégia que se pede aos Autarcas — e também ao Governo Central e às instituições europeias — porque a valorização dos territórios implica uma articulação consistente entre estes vários níveis.

Reforçar a capacidade institucional dos territórios, reforçar a capacidade de inovação dos territórios, reforçar a identidade do território, são, em síntese, precisava o Presidente da República, desafios que se levantam a Portugal, caminhos que, disse, só pode ser trilhado com as Autarquias.

E se os problemas que temos pela frente não forem resolvidos - a meu ver de forma mais participada e legitimada - pelos actores locais, terão de ser resolvidos de fora para dentro e de cima para baixo. E há nenhum motivo para não acreditar, concluiu Jorge Sampaio, que há capacidade para propor e ensaiar soluções ajustadas e concertadas, de baixo para cima e de dentro para fora.

JOSÉ SÁCRATES **Descentralização é essencial; democracia e desenvolvimento**

Em momento de comemoração, não posso deixar de trazer à memória o papel relevantíssimo que o Poder Local tem tido no lançamento de processos de desenvolvimento, através da realização das condições infraestruturais e de equipamentos essenciais, relevou o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território durante a Sessão Solene Evocativa dos 25 Anos de Poder Local.



Recordando, ainda, as tarefas na defesa e promoção das culturas e valores locais, e a prestação de um leque cada vez maior de serviços às pessoas e à comunidade, José Sácrates prestaria, por tudo isto, a sua homenagem aos Autarcas e a todos os agentes do universo local, enquanto afirmava que sem eles a nossa democracia não seria o que é, sem eles o poder político não estaria tão próximo das populações, sem eles o desenvolvimento não teria ainda chegado a muitas zonas do País.

Em momento de comemoração, dizia, importa, desde logo, lembrar e festejar o desempenho daqueles, muitos milhares, que, pela sua coragem, visão e empenhamento, permitem estar aqui a comemorar 25 anos de um poder bem sucedido, que se soube enraizar e adquirir legitimidade própria, que está mobilizado e que mobiliza. Tudo é obra dos Autarcas que aqui quero, desde já, saudar.

Realçando, ainda, a afirmação e a maturidade do Poder Local; a afirmação dos interesses, necessidades e prioridades locais; a maturidade que, não cede a bairrismos primários, a preconceitos infundados e que não perde de vista o interesse e a unidade nacional, o Ministro do Ambiente afirmava que é a sabedoria que os Autarcas são bem capazes de transmitir que nos permite estar hoje aqui a encarar o Poder Local como verdadeiro factor de integração da nossa democracia representativa e participativa que merece ser aprofundado.

Quando se celebram 25 anos de Poder Local, prosseguia José Sácrates, cabe também ao Governo transmitir e reafirmar que tem uma linha política bem definida e uma agenda bem determinada nesta matéria. O Governo tem a noção e a convicção de que o aprofundamento da descentralização e do auto-governo das populações locais é essencial ao aprofundamento da democracia e do desenvolvimento e, nesse sentido, empreendeu diversas reformas com expressão no desempenho autárquico, designadamente a revisão do regime da tutela administrativa, novo modelo de financiamento, o POCAL, o FORAL, a criação de associações de Autarquias ao nível das freguesias e a revisão da lei das Autarquias Locais.

Continuando a abordar competências a transferir, cujo primeiro elenco teve em consideração as áreas prioritárias identificadas pela ANMP no seu último Congresso, referenciou a Educação o Equipamento Social, a Saúde, a Agricultura e do Desenvolvimento Rural, o Ambiente o Ordenamento do Território, os quartéis de bombeiros voluntários e a instalação de áreas de serviço na rede viária municipal, e uma iniciativa legislativa, em preparação, para enquadrar a transferência de atribuições e competências para as freguesias.

Dizendo que nos últimos 6 anos as transferências do OE para as autarquias locais aumentaram 83%, o Ministro do Ambiente considerou que um aumento tão significativo traduz uma opção política claramente assumida e concretizada de valorização do nosso modelo autárquico ao serviço das populações.

O Governo assume que cumpriu o seu dever porque o verdadeiro Poder Local só poder-se concretizar se a par dos aperfeiçoamentos jurídicos, as autarquias forem dotadas dos recursos adequados ao desempenho da sua missão, numa gestão que socorra as necessidades e prioridades locais e que potenciais e o respectivo desenvolvimento.

A opção da democracia local está definitivamente consolidada, continuou, mas as necessidades das populações são mais complexas, os meios para satisfazer estas necessidades são cada vez mais sofisticados e avultados do ponto de vista financeiro, o público é cada vez mais exigente.

Assim, a resposta às novas exigências implica novos desafios, desde logo o da concretização de uma política das cidades, numa óptica de bem-estar dos cidadãos — com melhoria da sua qualidade de vida —, e, também, o do desenvolvimento económico, capaz de fixar quadros e criar pólos de competências, atrair investimentos e gerar riqueza, promover a competitividade e corrigir as assimetrias.

Já a concluir, o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território afirmava que a experiência destes 25 anos que aqui está a ser homenageada, a vontade política clara de atribuir ao Poder Local os recursos necessários ao desempenho da sua missão, permite-nos encarar com confiança os desafios do presente e do futuro.

ANMP: Protocolo de cooperação com a sua congénere de Cabo Verde

A Associação Nacional de Municípios Portugueses e a sua congénere de Cabo Verde assinaram um Protocolo que, ancorado nos valores perenes e universais da Democracia e da Solidariedade, e no quadro das excelentes relações entre ambas, estabelece as formas de cooperação entre as duas instituições tendo em vista o empreendimento conjunto de iniciativas que visem a promoção, defesa, dignificação, desenvolvimento e fortalecimento das estruturas do Poder Local nos dois países.



Referenciando como áreas prioritárias a colaboração político-institucional, a consultadoria, a assessoria técnico-jurídica e a formação de quadros, enquadram-se naquela primeira a promoção de iniciativas conjuntas para a prossecução dos objectivos estatutários das duas Associações; a participação recíproca nas suas grandes iniciativas; e o acompanhamento e cooperação descentralizada ANMP/ANMCV e das Câmaras Municipais dos dois países nela envolvida.

No quadro da consultadoria e assessoria técnico-jurídica, a letra do documento refere o apoio à criação e manutenção de serviços de naquelas áreas a fornecer pela ANMP à sua congénere de Cabo Verde; o intercâmbio de experiências e informações de natureza técnico-jurídica e administrativa; a intermediação da ANMP na realização de estágios técnico-profissionais em Portugal; a participação de quadros da ANMCV em acções promovidas pela ANMP; e apoio à constituição, em Cabo Verde, de uma biblioteca temática especializada sobre assuntos relevantes para o Poder Local.

No que concerne à formação de quadros, as duas Associações acordavam acções que